

**IV CONFERENCIA INTERNACIONAL GREVES E CONFLITOS SOCIAIS**  
**Crises do capitalismo, novas e velhas formas de protesto.**  
**10 a 13 de julho de 2018**  
**FFLCH – USP, São Paulo, Brasil.**  
**GT10. Conflitos do trabalho e sindicalismo.**

**Análise das possibilidades de ação coletiva no espaço social  
ludovicense: a greve dos funcionários dos Supermercados  
Mateus.**

Antonio Carlos Lima Gomes

Mestre em Ciências Sociais – UFMA,  
Graduado em História Bacharelado, UFMA.

## **Análise das possibilidades de ação coletiva no espaço social ludovicense: a greve dos funcionários dos Supermercados Mateus.**

### **RESUMO**

Com o presente trabalho, pretendo traçar algumas considerações sobre as possibilidades de ação coletiva de agentes sociais em condição de exploração extrema e reivindicações limitadas. A situação de exploração é vista aqui a partir das condições de trabalho impostas aos funcionários da rede de Supermercados Mateus, atuante em várias cidades dos estados do Maranhão e do Pará. As possibilidades de reivindicação limitadas foram verificadas a partir de entrevistas feitas com funcionários daquela empresa, posteriormente ao único episódio grevista do setor, na capital maranhense. Episódio que evidenciou as condições de alienação e exploração impostas pela empresa, por meio de técnicas de gestão de pessoal, que aqui serão abordadas como modelo de dominação gestor, pois esses “processos de dominação estão associados com a manutenção duradoura de uma ou várias assimetrias profundas” (Boltanski, 2013, p. 449).

### **1 Percepções pontuais sobre as possibilidades de ação coletiva**

De acordo com Luc Boltanski (2013), a crítica social se faz necessária nos dias atuais, mesmo que não sejam vistas condições para ela, tendo em conta as poucas possibilidades de articulação entre trabalhadores de uma categoria laboral qualquer. Segundo Boltanski (2013), as condições da crítica social aparentam desarticulação posto que ocorreram mudanças significativas nos dispositivos de controle social operados pelas classes sociais mais bem posicionadas no espaço social. Sendo assim, se faz necessário analisar as

modificações ocorridas nos “dispositivos de governança [...] isto é, nos dispositivos que permitem aos responsáveis, conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, ou mesmo ampliá-las” (BOLTANSKI, 2013, p. 442). A ferramenta conceitual *dispositivo de governança*, aqui diz respeito, por exemplo, aos dispositivos legais do sistema jurídico brasileiro para a contenção das mobilizações sociais (por exemplo, o direito à greve, que só pode ser deflagrada dentro de condicionantes juridicamente determinadas) em torno de direitos e melhorias nas condições laborais, bem como mobilizações populares no intuito de buscar melhorias no atendimento oferecido por uma empresa qualquer no mercado capitalista nacional, a exemplo das relações entre Supermercados Mateus/funcionário/consumidores no espaço social ludovicense<sup>1</sup>.

As possibilidades de ação e crítica social disponíveis aos funcionários do Supermercados Mateus, foram analisadas a partir de uma surpreendente greve de seus funcionários por melhores condições de trabalho e salário. Surpreendente pois esta categoria de trabalhadores é vulgarmente conhecida como desarticulada e desmobilizada. Greve que se iniciou no dia 26 de julho de 2013 e se desenrolou por mais três dias e diante da qual fazemos uma questão inicial: por qual motivo tomar esta greve como referência para análise das possibilidades de ação coletiva? A partir do que foi relatado pelos entrevistados, tomando o espaço social ludovicense como referência para pensarmos essas mesmas condições em espaços mais amplos nacionalmente, as possibilidades de ação coletiva dos trabalhadores do comércio estão condicionadas e relacionadas a uma série de fatores, tais como: as possibilidades de ação dos sindicatos laborais em tensa relação de confiança/aceitação com seus membros sindicalizados, os trabalhadores não sindicalizados e os patrões; às possibilidades de inserção (ou reinserção) no mercado de trabalho local, pois as oportunidades de emprego para indivíduos com baixa formação escolar e/ou pouca experiência profissional são limitadas e mal remuneradas; bem como as possibilidades de serem visualizadas alguma melhoria ou mudança nas relações de trabalho a partir de experiências reivindicatórias anteriormente desenvolvidas por outros segmentos laborais.

---

<sup>1</sup> Ludovicense, natural da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão.

Tal questionamento é tomado a partir da conceitualização de que o espaço social ludovicense comporta outros campos sociais específicos que constituem o todo que é visto como naturalmente constituído. Pensando *campo* enquanto “espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 2004, p.64), onde um dado grupo social formado por agentes sociais ligados a partir de suas *disposições* e *inclinações* (ELIAS, 1994), atuam em uma estrutura que os formata e é formatada por eles, tendo em vista as relações de produção econômicas, culturais e simbólicas próprias daquele espaço social específico. Na experiência social aqui abordada, os trabalhadores do Supermercados Mateus, em greve são parte de uma estruturação maior, que não é levada em consideração no momento de uma abordagem científica que ambiciona descrever quais foram os motivos e os resultados daquela greve.

Outra questão tomada inicialmente foi: quais as possibilidades da ação de um grupo social particular – trabalhadores comerciários – se tornarem públicas e alcançarem segmentos maiores da população ludovicense e maranhense a ponto de estas apoiarem os primeiros? De acordo com a fala das três pessoas que me cederam entrevistas para se perceber a situação que ocasionou aquela greve, e hoje estão em condições diferentes (todos moradores de São Luís, uma senhora que foi demitida logo que terminou a greve, outro que foi demitido quatro meses após o final da greve, e uma que se desligou da empresa apenas em 2015), foram verificadas as falas de apoio de parcelas da população local, mas os próprios funcionários não descreveram este apoio na prática. Verifiquei que, segundo esses três agentes que tiveram contato direto com a greve, em graus diferentes de envolvimento, as intenções iniciais dos funcionários do Supermercados Mateus diziam respeito a questões trabalhistas. E que as menções de apoio de alguns indivíduos do público consumidor daquela empresa foi uma consequência benéfica, mas não calculada.

De acordo com os trabalhadores entrevistados, o Sindicato dos Empregados no Comercio de São Luís, SINDCOMERCIARIOS, representado pelo seu presidente, o senhor Osvaldo Müller, que também me cedeu entrevista, não desempenhou o devido auxílio para a contemplação dos direitos requeridos. Como pode ser verificado na fala da senhora Elvira – ensino médio, técnica de enfermagem e operadora de caixa por quatro anos no

Supermercados Mateus – que foi demitida logo após o término da greve, respondendo sobre a atuação do sindicato nas negociações junto à diretoria do Supermercados Mateus, em assembleia coletiva: “já no último dia de greve, que foi na loja da COHAMA<sup>2</sup>, que teve a reunião de todo mundo lá, pra decidir tudinho, junto lá com os advogados de Ison Mateus<sup>3</sup>, ai quando veio aquela resposta ai ficou todo mundo assim...” (sic). Elvira se refere ao índice de reajuste salarial oferecido pela direção da empresa e à decepção dos funcionários em relação ao sindicato que, segundo ela “o próprio sindicato achava que, aquilo que eles estavam dando pra gente tava (sic) bom”.

A respeito dessa mesma questão, a fala do representante do sindicato, o senhor Osvaldo Müller, presidente naquela ocasião, relata que a atuação do sindicato foi de “cem por cento na questão de apoio”. Sem o presidente ter ciência da fala dos funcionários, e vice-versa, pode ser visto aqui a intenção de impor uma representação social à instituição sindicato, que é a responsável pela representação jurídica, junto à Justiça do Trabalho e aos empresários. Ainda de acordo com o senhor Osvaldo Müller, explicando o início da greve e a atuação do sindicato dos comerciários, “Foi uma situação que veio de outros estados, [...] e aí os funcionários daqui, os colaboradores, também questionaram para a empresa que queriam o mesmo benefício. E aí buscou o sindicato e nós discutimos, e trouxemos a frente que foi (sic) os trabalhadores, trouxemos representantes da empresa pra cá. E o sindicato mediou essa situação”.

Observando essas duas falas a respeito do que representa o sindicato, observamos a tensa relação entre os limites de percepções sobre o que é político e o que não é político em uma estruturação social específica. Político e não político, no sentido das posições sociais ocupadas pelo Sindicato dos Comerciários e pela empresa Supermercados Mateus, enquanto instituições sociais, e os funcionários, enquanto agentes sociais, todos estes dotados de quantidades de capitais sociais específicos e suas respectivas possibilidades de reconhecê-los e acioná-los no intuito de manutenção ou ascensão de posições sociais no espaço social local. Nesse sentido, a atuação tanto do

---

<sup>2</sup> COHAMA – Cooperativa Habitacional do Maranhão, bairro residencial de São Luís.

<sup>3</sup> Presidente do Grupo Mateus, empresa composta por supermercados, atacadista, transportadora, indústria de panificação, e lojas de móveis, eletro e eletrônicos.

sindicato dos comerciários quanto dos próprios comerciários funcionários do Supermercados Mateus, são limitadas e as possibilidades de lograrem êxito em uma disputa por melhores condições de trabalho e salários ficará limitada pela ação do empresário, pois a ação deste é bem mais ampla e articulada com os dispositivos de governança (BOLTANSKI, 2013). Tendo em vista esses condicionantes, a eficácia da greve ficou limitada, enquanto principal dispositivo dos trabalhadores. Como apontado por Bourdieu (2003, p. 263),

A greve só assume o seu sentido se a restituirmos no campo das lutas do trabalho, estrutura objetiva de relações de força definida pela luta entre trabalhadores, cuja arma principal constitui, e empregadores, a par de um terceiro ator – que talvez não o seja – o Estado.

Aqui, a proposição teórica de Bourdieu (2003) foi utilizada para tentar perceber a capilaridade que este dispositivo de ação social tem junto à representação social constituída em torno do ideal da estabilidade econômica proporcionada pelo emprego. Uma das questões feitas aos funcionários do Supermercados Mateus diz respeito à participação ou não em uma ação reivindicatória, a greve especificamente, e as falas desses funcionários e ex-funcionário dão uma amostra de como a relação entre empregados/sindicato/patrão é das mais complexas e limitadoras em termos da possibilidade de visualização das condições de trabalho/remuneração/direitos: dois, dos três agentes entrevistados, são veementes ao afirmar que não participariam de outra greve, tendo em vista toda a articulação patronal operada para desarticular o movimento dos trabalhadores naquele episódio, como veremos ao longo do texto.

O único a afirmar que participaria de outra greve, dá ênfase na necessidade da mobilização como ferramenta de contestação das condições sociais do trabalho. Em resposta a uma das questões sobre a ação grevista e auxílio do Sindicomerciários, o senhor Tadeu (nome fictício) – Ensino médio, três anos de empresa, seis meses como repositor de mercadoria e dois anos e seis meses como operador de máquinas leves – expõe que, com a experiência da greve no Supermercados Mateus não obteve grandes resultados, pois os direitos requeridos não foram contemplados pela negociação coletiva realizada entre comerciários e a direção do Supermercados Mateus, mediada pelo Sindicomerciários. Para a questão: “Você obteve algum ganho com a greve?”,

a resposta foi a seguinte: Tadeu: “Entre aspas sim, por que na realidade foi conseguido o objetivo, não da maneira que *a gente* (sic) achava que deveria ser, mas conseguiram o resultado que eles queriam, reajuste, embora pequeno”. Segundo esse ex-funcionário, o movimento paredista teria obtido muito mais lucros caso tivessem tido maior articulação interna. Mesmo não obtendo grandes lucros, demonstra a percepção de que a atuação coletiva seria a única capaz obtê-lo.

Para Bourdieu (2003), a questão levantada por um movimento paredista passa necessariamente pela justificativa que deve ser dada a todos os grupos de agentes envolvidos naquela estruturação social, pois “o fato de pensarmos estruturalmente, faz com que vejamos a importância das ausências” (BOURDIEU, 2003, p. 269). De acordo com a proposição do referido autor, as lutas operárias podem ser distinguidas em três momentos.

A cada momento das lutas operárias parece possível distinguirem-se três níveis: em primeiro lugar, há um impensado na luta (*o token for granted*, o isso-é-obvio, a *doxa*) e um dos efeitos da operarização<sup>4</sup> é fazer com que haja coisas que não se tem sequer a ideia de discutir e de reivindicar porque não chegam a passar pela cabeça de ninguém ou não são razoáveis; há, em segundo lugar, o que é impensável, quer dizer o que é explicitamente condenado (“aquilo sobre o que o patronato não pode ceder”, expulsar um capataz, falar com um delegado operário, etc.); enfim, a um terceiro nível, há o reivindicável, o objeto legítimo de reivindicações. (BOURDIEU, 2003, p. 269)

Na fala dos três funcionários envolvidos na greve, foi verificada uma constante na pauta de reivindicação: melhor salário e melhores condições de trabalho. A primeira pauta seria contemplada por um reajuste na data-base. E a segunda pauta seria contemplada pelos benefícios do tíquete alimentação,

---

<sup>4</sup> Para Bourdieu (2003, p. 265), “processo de *operarização* ou *fabrilização*, quer dizer o processo por meio do qual os trabalhadores se apropriam de sua empresa, e são apropriados por ela, se apropriam do seu instrumento de trabalho e são apropriados por ele, etc.” Segundo Bourdieu, esse processo é composto de quatro aspectos principais, quais sejam: “o primeiro completamente negativo, consiste na renúncia às paradas em jogo exteriores, [...] em seguida, os trabalhadores podem, seja qual for o estado dos seus laços externos, identificarem-se com a sua posição no campo de luta, desposar totalmente os interesses que lhes são associados, sem transformarem as suas disposições profundas. [...] Num outro estágio do processo podem ver-se modificados nas suas disposições profundas pelas leis objetivas do meio industrial, podem aprender as regras de comportamento que é necessário respeitar [...] ou ainda assumir a história coletiva do grupo, as suas tradições, em particular de luta. Podem enfim integrar-se no *universo operário organizado*, perdendo na ordem da revolta a que poderá chamar-se ‘primária’, a dos camponeses brutalmente lançados no mundo industrial, muitas vezes violenta e inorganizada, para ganharem na ordem da revolta ‘secundária’, organizada”. Bourdieu fecha essa teorização questionando se o sindicalismo abrirá ou fechará o leque da estrutura das reivindicações, colocando em evidencia a função dessa forma de organização social/operária nas atuais relações capitalistas de exploração do trabalho.

plano de saúde e pagamento das horas trabalhadas a mais (a empresa já adotava banco de horas). Podemos verificar alguns indicativos das condições de trabalho dos funcionários daquela empresa na fala de uma das senhoras envolvidas na greve, que foi demitida logo ao término dela, a senhora Elvira ao ser questionada sobre os motivos que a levaram à greve:

Eu queria melhoras, queria que a gente (sic) tivesse plano de saúde, que a gente (sic) tivesse um plano alimentação, que tivesse um ar condicionado, entendeu, que a loja daqui fosse igual as outras lojas que já existem aqui e as outras que tão sendo construídas. Eu entrei nessa intenção, entendeu? A gente estava pedindo aqui pouca coisa, não era muito, a gente queria trabalhar. Entendeu?

Verificamos no trecho da fala da senhora Elvira as possibilidades dadas aos funcionários em perceber a sua situação de trabalho e os rendimentos devidos pelo mesmo. Ao se tentar perceber as formas de ação coletiva de um grupo de agentes sociais que precisam vender sua força de trabalho, devemos perceber esses elementos, pois nas opiniões correntes do senso-comum que podem afetar a análise acadêmica, somos levados a afirmar a necessidade da ação coletiva imediata, sem considerar as predisposições dos agentes em situação de exploração no trabalho.

Segundo Boltanski (2013), o nível de possibilidades de reivindicação que um grupo de operários dispõe deve ser mensurado a partir de suas relações no campo do trabalho. Os explorados em um regime econômico “não têm necessariamente ilusão sobre a natureza injusta” (BOLTANSKI, 2013, p. 443) a que estão submetidos, como pode ser verificada na fala da senhora Elvira. Ela não pode ser considerada uma iludida ou alienada, pois ainda segundo Boltanski (2013), esses mesmos empregados “autolimitam suas reivindicações como base em suas avaliações das possibilidades que as mesmas têm de serem reconhecidas e assim, serem mais ou menos satisfeitas, dentro da realidade” (BOLTANSKI, 2013, p. 443).

De acordo com os dados informados pelas pessoas que trabalham ou trabalharam no Supermercados Mateus, os três tem o ensino médio completo, desses, apenas um tem curso técnico, dos três apenas um tem os pais com formação média, os outros dois tem os pais com formação básica. O setor econômico de “comércio” e “serviços” é o setor de atuação dos Supermercados



Mateus, justamente o setor com menor participação na geração de empregos com vínculo empregatício mais duradouro no estado do Maranhão. E a camada social que mais absorvida nesse tipo de emprego é aquela de baixa formação escolar.

Segundo informações coletadas no site do Grupo Mateus (<http://grupomateus.com.br/site/grupo/politica>), no quadro “Valores”, a empresa descreve como “Cultura” a seguinte afirmativa como parte da política da empresa: “respeito aos colaboradores, valorizando o que o ser humano tem de mais importante, a dignidade no trabalho”. O que pode ser descrito como prática corriqueira para levar os funcionários a se considerarem como *colaboradores*, e não como *empregados* na empresa.

Um segundo elemento apontado por Boltanski (2013), visa pensar as condições de trabalho e as possibilidades de interpretação das mesmas, num sentido amplo, indo das condições de trabalho na empresa às condições de sociais de trabalho no espaço social ludovicense e brasileiro, em sentido mais amplo. Segundo Boltanski (2013, p. 444),

A realidade é entendida no sentido da realidade socialmente construída por uma rede de formatos de provas, regras, rotinas, formas simbólicas, e objetos. Mas essa realidade, que é o resultado de uma seleção e uma representação, não inclui o mundo, isto é, “tudo o que acontece”. Disto decorre duas proposições: a primeira consiste em distinguir diferentes tipos de críticas, mais ou menos reformistas e mais ou menos radicais. [...] Uma segunda consequência da oposição entre *realidade* e o *mundo* é que o grau de robustez da realidade não é de uma grandeza estável. Ela depende da conjuntura histórica. De fato, o nível de realismo dos atores e, por conseguinte, as suas aspirações, também são variáveis.

A greve, que é garantida em lei (Lei nº 7.783/89), como forma de cobrança das melhorias na condição do trabalho que é vendido, foi descrita pelos funcionários entrevistados como sendo um acordo entre o Sindicomerciários e os diretores do Supermercados Mateus. A exemplo da senhora Hannah (nome fictício)– ensino médio completo, com quatro anos de empresa, ocupando por dois anos o cargo de auxiliar de caixa e mais dois anos como recepcionista da padaria – quando questionada se apoiou a greve, ela expõe a seguinte afirmativa: “Não. Simplesmente por que eu sabia que não ia dar em nada”. Quando questionada se participaria de outra greve, naquela ou em outra empresa, a senhora Hannah dá o seguinte depoimento:

Sim, dependendo também de que local eu estiver. Uma greve no Banco do Brasil, agente (sic) sabe que vai ter um resultado, pode não ser o resultado que a pessoa queira, mas tem alguma coisa a mais. Agora eu não acredito que num supermercado isso possa vir a acontecer. Principalmente aqui em São Luís.

As respostas da senhora Hannah demonstram a capacidade da “crítica social” (BOLTANSKI, 2013) limitada, mas não inexistente quando se trata do reconhecimento das condições sociais às quais os empregados do setor de “Comercio” e “Serviços” de São Luís estejam expostos/submetidos. Contudo, percebe-se que essas limitações são operadas pelos agentes sociais mais bem posicionados nas empresas do setor, e nos órgãos governamentais (a Justiça do Trabalho) ou classistas (no caso o Sindicomerciários) no sentido de demonstrar a esses mesmos funcionários e aos empresários os seus respectivos direitos e deveres. Principalmente aos empresários, que munidos dos meios instituídos legalmente, têm mais acesso ao campo jurídico local, operando toda uma estruturação que limita a ação social, que deve estar sempre controlada, dentro da lei.

Aqui, as condições de trabalho e a sua devida remuneração, não foram enfatizadas pelo representante do Sindicomerciários em seu relato, ele informa que as reivindicações começaram no estado vizinho, o Pará, na cidade de Marabá, onde o Grupo Mateus atua com duas lojas. Lá, foi dado o benefício do plano de saúde, tíquete alimentação e um reajuste nos rendimentos básicos dos funcionários. Este teria sido o estopim da greve aqui no Maranhão, especificamente em São Luís e Açailândia. No caso das entrevistas feitas aqui, o que se percebeu foi a tentativa apenas de manutenção das condições mínimas, sem grandes alterações na estruturação interna das relações de trabalho naquela empresa. Como apontado por Boltanski (2013), as possibilidades de interpretação da realidade, a exemplo do ocorrido no Supermercados Mateus, estavam comprometidas pelas estruturas constituídas em torno da ideia de emprego e trabalho como algo do qual eles não poderiam abrir mão.

No terceiro elemento constituído para a manutenção das condições de dominação, Boltanski (2013) aponta que, na relação entre “o trabalho de manutenção da realidade e o trabalho de questionamento da realidade”:

O foco é colocado sobre as funções semânticas das instituições. Elas defendem e reforçam a relação estabelecida entre “formas simbólicas” e “estado de coisas”. Elas confirmam que o que é, realmente é, e, assim, garante a confirmação da realidade. É o motivo pelo qual as instituições são descritas, nesse contexto, como “instancias de confirmação”. [...] Em contra partida, a crítica não pode ser, estritamente falando, institucionalizada, mesmo que os dispositivos de críticos possam ser implementados. (BOLTANSKI, 2013, p. 444)

No que tange às possibilidades de greve enquanto meio para questionamento da realidade local, especificamente nas relações de trabalho, os funcionários do Supermercados Mateus sofreram (e podemos dizer que os que ainda estão lá, sofrem) um choque ao se deparar com a possibilidade da demissão, da perda da renda, que apesar de baixa, é fixa, e a necessidade de encarar novamente a concorrência no campo do trabalho. Além da condição de desempregado demitido por participar de uma greve, é ainda mais intimidadora. É recorrente na fala das funcionárias que me cederam entrevista, a questão da mulher sem formação técnica ou acadêmica, e com baixa experiência profissional. Como podemos ver na fala da senhora Elvira, uma das entrevistadas, ao ser questionada se participaria de outra greve:

Não, nunca mais. [...] Assim: quando terminou a greve eles falaram que não iam colocar a gente (sic) pra rua, que a gente (sic) ia ter três meses, mas quando a gente (sic) chegou lá, foi numa quarta-feira, quando foi na quinta-feira ai foram duas pessoas lá, que fizeram entrevista com a gente, queriam saber porque que o pessoal tava (sic) revoltado, o quê que tava (sic) acontecendo. Olha eu só sei te dizer uma coisa, eu passei uma hora com essa mulher numa sala trancada. Eu digo, “olha eu vou abrir meu coração pra ti”, eu falei pra ela, “olha, eu tô (sic) com 42 anos, eu nunca participei de uma greve, foi a primeira vez que eu participei, porque eu vi muita coisa errada aqui dentro do Mix Mateus, e a gente tava (sic) querendo uma coisa que melhorasse pra gente (sic)”, ai eu fui abrindo bem o meu coração pra essa mulher. Ai ela, “não dona Elvira, a senhora é minha xará, vocês não vão pra rua, olha, o Ilson Mateus tá querendo um plano de saúde pra vocês, do Bradesco, a senhora já viu o plano de saúde do Bradesco?”. Aí eu digo, “sim, desde quando eu entrei aqui, essa história é a mesma ladainha, sai funcionário, entra funcionário, e é a mesma coisa! E isso cansa a pessoa!” Ai ela, “não, mas vocês não vão pra rua.” Ai quando foi no outro dia, eu cheguei lá, ai meus colegas me chamam, “olha dona Elvira, tu tá lá como a primeira da cabeça” ai eu digo, “ah meu preto, é assim mesmo, um dia a gente ganha, um dia a gente perde, um dia Deus fecha uma porta, no outro ele abre um portão pra gente.” Eu fiquei chateada por que ela disse que ninguém ia ser despedido e na hora foi... todo mundo pra rua. Alguns eles ainda chamaram de volta. [**Carlos Gomes**: então qual foi a justificativa que eles deram nesse momento?] **Elvira**. O gerente me chamou lá na sala e disse assim, “olha dona Elvira”, com uma folha lá, “a empresa agradece o seu trabalho, mas a senhora está sendo desligada da empresa”. Só isso! Ai eu só olhei pra ele assim e disse, “é só isso que o senhor tem pra me

dizer?” E ele disse “é”, ai eu completei, “então muito obrigada!” Aí fui embora, aí fui lá e recebi o que eu tinha que receber, né. E pronto...

A fala dessa senhora dá uma boa amostra de como as relações sociais e as estruturas sociais são extremamente complexas e limitadoras das possibilidades de interpretação da condição de exploração a que estão submetidas. As possibilidades da crítica social também ficam limitadas, tendo em vista o recorrente acionamento do sindicato como sendo uma instancia de representação corrompida e associada aos empresários. A fala do representante da empresa é vista por aquela senhora como a fala de um indivíduo acima dela, uma última fala, quando se trata de finalizar a relação de trabalho por motivo de reivindicação de melhorias nas condições laborais, não cabendo contestação, pois na relação de trabalho estabelecida entre ela e a empresa é personificada na pessoa do gerente ou no dono da empresa.

Assim, o discurso oficial, ou seja, a “segurança semântica” de que fala Boltanski (2013), pode ser verificada também no discurso jurídico, no discurso da empresa, divulgado em seu site enquanto “política institucional”, bem como o discurso da entidade representativa, todos insistentes na necessidade do diálogo e da manutenção das posições sociais de cada grupo, de acordo com seus respectivos *capitais* (BOURDIEU, 2004). As três pessoas que atuam/atuaram no Supermercados Mateus apontam que apesar de verem a greve como meio de crítica social, são incrédulas quanto à possibilidade de alteração das suas condições de trabalho naquela, ou em outra empresa atuante no mesmo seguimento econômico local.

Um quarto elemento apontado por Boltanski (2013) diz respeito aos diferentes tipos de provas que são apresentadas pelas instituições sociais para os agentes sociais que a compõe. Pois como apontado acima, as instituições praticam uma violência simbólica (BOLTANSKI, 2013; BOURDIEU, 2004) contra os indivíduos, por meio da operacionalização dessas provas, as instituições se respaldam. Segundo Boltanski (2013):

Sejam *provas de verdade* que encenam os arranjos simbólicos que fortalecem as instituições (como, por exemplo, cerimônias); *provas de realidade*, que confrontam, de acordo com formatos predeterminados, as aspirações dos atores à realidade, na forma em que ela é construída em uma sociedade determinada; ou ainda, *provas de existência*, por meio das quais elementos

que não são reconhecidos como parte da realidade construída, são tirados do mundo. (BOLTANSKI, 2013, p. 445)

Segundo o autor, são dessas possibilidades de visualização do que é ou não real, que os agentes sociais terão condição de efetuar a crítica radical da sociedade, uma crítica respaldada e capaz de modificar de fato as estruturas sociais. *Subjetivar a realidade* social dada, nos termos de Boltanski (2003), ou em outros termos, de acordo Norbert Elias, superar o processo de *reificação dos conceitos* (ELIAS, 1994), é um processo que deve ser efetuado no intuito de superar as provas que são dadas pelas instituições sociais no intuito de moldar a realidade social. De acordo com os autores, explicações que obscurecem as possibilidades de análise da realidade social, logo, da crítica social.

O quinto e último elemento proposto por Boltanski, versa sobre a necessidade de:

Explicar a ambiguidade das instituições e relatar a possibilidade mesma da crítica. Centra-se na contradição inerente à vida institucional, que eu chamo de *contradição hermenêutica*. Esta contradição trata da tensão entre a natureza obrigatoriamente incorpórea das instituições (que são antes sem corpo) e a natureza necessariamente corporal dos porta-vozes que permitem às instituições intervir na realidade. Esta tensão é redobrada quando se trata das regras editadas pelas instituições cujo caráter semântico está ameaçado pelas condições pragmáticas de sua implementação.

O último elemento apontado por Boltanski (2013) pode ser utilizado para pensar as formas de aparição representacional de alguns agentes sociais, dentre eles o presidente do Grupo Mateus, o senhor Ilson Mateus, este o único que aparece com nome e sobrenome na fala dos empregados grevistas. E algo ainda mais contraditório e complexo, pode ser visto na relação entre a Lei e os seus operadores, que não são citados pelos agentes que entrevistei, estes nem nome tem, são referenciados nas entrevistas apenas pelo termo *justiça*. A própria ideia de *direitos*, não aparece como algo garantido a todos, sendo este elemento algo distante da realidade das relações de trabalho no setor supermercadista.

No que tange às relações com os representantes legais dos funcionários, que é o Sindicomerciário, a referência feita pelos funcionários pode ser verificada como algo ainda mais distante. As condições de trabalho daqueles empregados, é sentida por eles, é questionada por eles, é

indesejada, é percebido a tentativa de denúncia e mudança delas, mas, ao se perceberem diante de instituições tão fortes e distantes da realidade palpável, como a Justiça do Trabalho, eles relatam um sentimento de insignificância perante aquela instituição. Mesmo quando tecem críticas a ela, esta é feita de modo não operacionalizado com os argumentos legalmente aceitos. As críticas dos funcionários são desqualificadas pela justiça, pela empresa, e pelo sindicato por não obedecerem a padrões de inteligibilidade estabelecidos por eles esses últimos. Na fala dos funcionários entrevistados, é latente o sentimento de revolta por não saber como falar, o que falar e quando falar a um agente social estabelecido e autorizado pelas instituições sociais mais privilegiadas. Como podemos ver em uma das falas da senhora Elvira ao relatar sua atuação em um dos momentos da greve criticando as suas condições de trabalho no Supermercados Mateus:

Foi como eu falei lá, encima do carro de som, eu falei assim: “a minha vó sempre dizia que quem muito se abaixa, alguma coisa mostra”. Então a gente procura dar o máximo da gente pra uma empresa e eles não tão nem aí pra gente. Você cansa, você trabalha, trabalha, trabalha, trabalha e não tem nem uma recompensa. Eu não falo assim da gente receber o dinheiro, mas eu falo assim de dentro da empresa vir aquele reconhecimento, entendeu.

As percepções da crítica social, desta ex-funcionária, como forma de modificação das condições de trabalho passam por experiências pessoais que são tomadas como parâmetro para conscientização de seus companheiros grevistas. Elementos esses que não são aceitos pelas instâncias jurídicas, sindicais e patronais, mas são relatadas por essa senhora como um elemento de grande valia ao ser mencionado em público no momento de uma assembleia geral de funcionários em greve.

Segundo Boltanski (2013), o atual processo de exploração pode, a partir das cinco proposições acima detalhadas, ser entendido como um modelo de *exploração gestonária* (BOLTANSKI, 2013), onde as instituições sociais mais bem estabelecidas, reconhecidas e aceitas, moldam as possibilidades de percepção do que vem a ser a realidade, bem como as possibilidades de interpretar e criticar a sociedade quando esta se predispões à crítica, pois segundo Bolstasnki (2013) a própria crítica hoje pode ser verificada em alguns momentos como um elemento constituidor das relações de exploração

capitalista. O que não quer dizer que a crítica social não deva ou possa ser feita. Segundo o autor,

Num quadro gestor, os processos de dominação estão associados com a manutenção duradoura de uma ou várias assimetrias profundas, no sentido em que *os mesmos* se beneficiam de todas as provas (ou quase), enquanto para os outros – sempre também *os mesmos* – as provas sempre têm resultados adversos. [...] Uma das propriedades mais relevantes da dominação gestora é, de fato, ser sem sujeito. Ela é baseada em *dispositivos*, dos quais indivíduos ou grupos podem tirar maior ou menor proveito, dependendo das estratégias que adotam. (BOLTANSKI, 2013, p. 449)

Assim percebemos até aqui na fala dos agentes que atuaram ou atuam no Supermercados Mateus, em tom de insatisfação não com os salários, mas como todas as condições de trabalho, de vivência, de relacionamentos dentro daquela empresa. De modo que percebemos a greve não apenas como um elemento de reivindicação de salário de um grupo social para outro, mas a greve como elemento de afirmação de posições sociais em condição de exploração extrema.

## **2 Os lucros do movimento grevista no Supermercados Mateus**

Como já foi mencionado, foram realizadas três entrevistas com diferentes agentes envolvidos na greve dos funcionários do Supermercados Mateus que se iniciou em 26 de julho e foi até o dia 29 de julho de 2013. A primeira pessoa a me ceder entrevista foi a única que se manteve na empresa por mais um ano após o término da greve, a senhora Hannah hoje atua no serviço público estadual, e não teve ligação com greve. A segunda pessoa, a senhora Elvira foi demitida logo após o fim da greve, e participou ativamente na liderança daquela mobilização. E o senhor Tadeu, participou das mobilizações, não na forma de líder, e foi demitido após os três meses acordados entre a empresa e o sindicato da categoria. Entrevistei ainda o presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Luís.

As questões foram elaboradas no intuito de perceber as predisposições de cada indivíduo e suas respectivas possibilidades de atuação social em uma mobilização complexa como a ocorrida, que desencadeou a greve dos funcionários da rede de Supermercados Mateus. Verificando desde a formação escolar de seus pais e as suas próprias, passando por experiências

trabalhistas e grevistas anteriores, até a experiência vivenciada dentro daquela empresa do setor de venda de gêneros alimentícios de nossa cidade.

A pauta de reivindicação apontada nas entrevistas com esses funcionários e ex-funcionários e com o representante sindical, girava em torno de melhores condições de trabalho, proporcionadas com a concessão de plano de saúde, tíquete alimentação, tempo de descanso respeitado, hora-extra paga em dinheiro e não em folga (o “banco de horas”, onde os funcionários acumulariam um saldo de horas trabalhadas a mais e ao termino do mês teriam direito à folga), melhor relacionamento entre os funcionários com melhores posições na empresa e aqueles do chamado quadro operacional, bem como reajuste salarial. Pois como apontado por Bourdieu (2003), ao mostrar os possíveis entendimentos de um movimento greve: “não se pode estudar uma reivindicação como a que se refere ao salário independentemente do sistema de outras reivindicações; do mesmo modo não se pode estudar um instrumento de luta como a greve independentemente do sistema dos outros instrumentos de luta” (2003, p. 269).

De acordo com a senhora Elvira, ao falar sobre a pauta de reivindicação, ela fala em “melhoria na parte de operador de caixa, nos caixas aqui na frente que era muito calor. Se o calor pra gente era horrível, imagina para os clientes, que reclamavam do calor, das filas que eram enormes, enormes, e o cliente reclamando”. Segundo a senhora Hannah ao comentar sobre o que ela percebeu de apoio por parte dos clientes, a mesma relata a seguinte informação: “olha, tinha gente que não estava entendendo muito bem o que estava acontecendo. Outros revoltados. Outros que entendiam que as pessoas estavam exigindo um direito, uma melhoria”.

A colocação de pessoas na condição de *colaboradores* na frente de uma empresa como os supermercados, pode ser vista como uma forma de mascaramento das relações de exploração tanto do funcionário, como do cliente, que se traveste de chefe do operador de caixa naquele momento, podendo ser pensado uma relação interessante para o dono da loja. Esse modelo de dominação pode ser pensando aqui a partir da proposição de Boltanski (2013), que vê a atual forma de exploração/dominação do capitalismo a partir do que ele chama de modelo *gestionário*. Segundo o autor, a manutenção das assimetrias sociais, ou seja, as diferenças sociais de forma



imperceptível aos olhos dos comuns, que são colocados em oposições sociais simbolicamente interessantes aos agentes sociais mais bem posicionados, os donos dos meios de produção capitalista. Segundo Boltanski (2013, p. 450), “esta forma de ‘culpar a vítima’ equivale a deslocar para a ‘responsabilidade individual’ o peso das restrições que são apresentadas, no nível macro, como as forças objetivas sobre as quais as vontades individuais não têm influência”. A exemplo da noção de empregabilidade, tão disseminada hoje, mostrando a responsabilidade da pessoa em se manter empregada.

A ideia da grande empresa maranhense a se lançar a nível nacional também está no rol “Visão” da empresa, como pode ser verificada em seu site oficial: “temos como visão: ser a melhor e maior empresa do Norte e Nordeste no ramo de distribuição de produtos e varejo até 2017. Nossa visão é o que nos impulsiona a trilhar!”. Acompanhada de uma proposição na direção dos demais agentes envolvidos na relação de comercialização de gêneros alimentícios em larga escala, a empresa se coloca ainda o devido “compromisso com clientes e fornecedores”, bem como “o respeito aos colaboradores”, “apoio à comunidade” e por último não menos importante na apresentação de uma grande empresa contemporânea “a preservação do meio ambiente” (<http://www.grupomateus.com.br/site/grupo/politica>).

A proposição de se tornar uma empresa em nível nacional, fez com que o Grupo Mateus começasse a expansão de sua atuação para os estados vizinho do Pará, onde atua com duas lojas na cidade de Marabá, e Tocantins, onde atua com uma loja. Em seu site, já consta a relação de mais uma gama de cidades nesses três estados, onde pretende abrir lojas futuramente. Foi na cidade de Marabá que o Grupo Mateus enfrentou a primeira experiência de greve de seus funcionários, greve que se iniciou no dia 15 de julho de 2013, nas duas lojas da cidade. De acordo com as poucas informações que tive acesso sobre a referida greve, colhidas em um site de notícias daquela cidade, a mesma se iniciou por questões salariais, mas percebi outros elementos tem relação com a mobilização que lá se iniciou. Segundo um site de notícias locais (<http://www.marabanoticias.com/noticias/cotidiano/771-funcionarios-do-grupo-mateus-fazem-greve>), quase 1.100 funcionários do Grupo Mateus entraram em greve por melhores condições salariais.

Segundo o presidente do SINDECOMAR – Sindicato dos Empregados no Comércio do Município de Marabá e Sul do Pará – Adelmo Azevedo, informa a seguinte pauta: “Nós só vamos terminar o protesto quando a empresa vier conversar com a gente e negociar aquilo que nós queremos, que é redução da jornada de trabalho, salário corrigido, plano de saúde, discutir o vale-alimentação e acabar com o banco de horas”. Basicamente a mesma pauta de reivindicação levantada na paralização ocorrida em São Luís, alguns dias depois. Com o agravante de denúncias de assédio moral praticado dentro da empresa, como relatou o comerciante Luiz Gonzaga de Lima: “a advogada [do Grupo Mateus] falou que ia trazer 500 maranhenses para trocar pelos funcionários daqui, porque os funcionários daqui são todos vagabundos. Aqui é lugar de gente trabalhadora”. (<http://www.marabanoticias.com/noticias/cotidiano/771-funcionarios-do-grupo-mateus-fazem-greve>).

A própria empresa, em seu único pronunciamento durante a greve realizada no Maranhão, não considera a mobilização de seus trabalhadores como legítima, nem comenta as acusações das relações internas de conflito entre seus funcionários. No caso da greve em Marabá, sequer pronunciou-se aos funcionários e à população consumidora daquela região. Vejamos o pronunciamento sobre o caso maranhense:

A juíza do Trabalho, Titular da 5ª Vara de Trabalho de São Luís- MA, concedeu medida liminar e determinou a expedição de mandado inibitório, neste sábado, 27, para que o Sindicato dos Empregados do Comércio de São Luís- MA (Sindcomerciários), não pratique qualquer ato que possa dificultar ou impedir o direito de ir e vir de clientes e terceiros, fato público e notório, e dos próprios trabalhadores do Grupo Mateus que não aderiram à greve, iniciada em 26 de Julho de 2013, uma vez que o Grupo Mateus, em nenhum momento, foi certificado sobre o movimento grevista. A decisão é em resposta ao movimento, que é considerado pela justiça arbitrário, ilegal e extemporâneo. Caso o Sindcomerciários não cumpra o mandado, a Justiça do Trabalho requer uma multa diária no valor de R\$15 mil reais e, se preciso for, a intervenção policial para garantir o cumprimento integral desta decisão. (<http://www.grupomateus.com.br/site/noticias/detalhes/178>)

Segundo as entrevistas feitas com os funcionários e ex-funcionários do Supermercados Mateus, percebi que não apenas a pauta de reivindicações levantada aqui no Maranhão, mas a possibilidade de greve como instrumento de ação coletiva capaz de gerar desconforto para o presidente da empresa,

assombro da população consumidora e da imprensa local, teve sim alguma relação com as mobilizações ocorridas no estado vizinho do Pará. Como podemos ver na fala da senhora Elvira,

Olha foi assim, tudo começou com a greve lá do Pará, eles abriram um Mateus lá, e tentaram embutir essa greve lá, mas não conseguiram. Aí quando a gente (sic) soube aqui, teve uma pessoa que começou a meter fogo, [risos]. Tirou xerox do jornal, que veio de lá, o que eles tinham ganhado de direitos lá, tudinho. Aí disseram que lá no Pará era diferente do Maranhão, que o Ilson Mateus não ia fazer eles lá de escravo, como fazia com a gente aqui. Aí foi aquela turminha se reunindo aqui, se reunindo ali, e quando a gente viu já gerou aquela coisa, aquele montão de gente. E a gente (sic), aqui principalmente no Mateus do João Paulo, a gente (sic) queria, eu principalmente nunca tinha participado de uma greve, eu entrei assim, pensando em pedir melhorias pra gente (sic), aqui no Mateus daqui. Por que todos os Mateus têm ar-condicionado, o único que não tem é aqui o Mateus do João Paulo. Então você entra em qualquer Mateus você já sente aquele ar-condicionado, aquela coisa de primeira, aqui não, aqui é do povão, do povão que sofre, não só o povo, mas como quem trabalha também, dentro da empresa.

A relação entre a pauta de reivindicação levantada no estado do Pará é semelhante à levantada no estado do Maranhão, contudo percebe-se na fala da senhora Elvira (no Maranhão) e do senhor Luiz Gonzaga (no Pará) as oposições criadas para diferenciação dos grupos sociais nascidos em estados diferentes, mas vizinhos. O relato vindo do Pará demonstra alguns preconceitos em relação os maranhenses, referidos como escravos, bem como verificamos na fala da senhora Elvira, uma tentativa de se desvencilhar da alcunha de preguiçosos que não reivindicam seus direitos. A questão a ser levantada aqui é a forma como a empresa trata seus funcionários quando estes acionam o dispositivo da greve, percebe-se ali o abandono do ideal da empresa que tem responsabilidade social com seus colaboradores (e não empregados), indo à Justiça do Trabalho apelar para o fim da greve ou a aplicação de multa para o sindicato da categoria laboral.

Sobre o apoio popular recebido, a senhora Elvira fez a seguinte declaração: “há, teve muito cliente que apoiou a gente, teve muito que quando a gente tava (sic) com o carro aqui, eles subiam e falavam, apoiavam a gente, falavam do tratamento da loja para com os clientes, o calorção e as filas enormes”. Percebe-se que juntamente do apoio dado aos funcionários da empresa, também é questionado pelos populares as condições de

funcionamento da empresa, as condições de atendimento, que passam pelas condições de trabalho dos funcionários.

Finda a greve dos funcionários, e as relações de exploração econômica pela força do trabalho exploradas são mantidas, sem a contemplação de todos os direitos requeridos pelos trabalhadores do Grupo Mateus. Logo após o término da greve, verificou-se nas portarias das lojas, cartazes informando que a empresa estava selecionando “novos talentos” de pessoas que gostariam de fazer parte da “Família Mateus”. A senhora Elvira, comentando ao ser questionada sobre os lucros da greve, nos dá uma amostra de como foi o término da greve:

Amigo, nenhum. Nenhum. Até por que quem ficou lá na hora, na hora que teve a mesa redonda deles lá, quando foi decidido que ia ter um plano de saúde de R\$ 45,00 e um tíquete alimentação de R\$ 31,50. Hoje em dia as vezes eu vou lá no Mateus eu sempre pergunto: “e ai gente, eu briguei, briguei tanto, fui expulsa da loja e vocês tão recebendo tíquete, vocês estão recebendo o plano de saúde? Por que isso é até uma vergonha. Onde é que vai se achar um médico que vai se pagar uma consulta com R\$ 45,00?” Ai eu acho assim, que a gente saiu foi perdendo. Hoje em dia, eu nem sei. Eu acho isso mesmo, eu acho que o Ilson Mateus pensou isso mesmo, que não ia dar em nada. E realmente não deu em nada. Eu fiquei foi triste, fiquei foi arrasada, por que foi a primeira vez que eu participei de uma greve na minha vida e nunca mais quero participar, porque a gente vê que a gente não tem apoio.

O que foi pretendido nesse artigo, foi a demonstração das condições de visibilidade das relações sociais a que estão predispostas agentes sociais os mais diversos. No caso específico, as condições de exploração da força de trabalho, as condições de trabalho, as formas de evidencialização dessas condições por meio da mídia e as possibilidades de modificação dessas condições junto às instâncias jurídicas, enquanto instancias sociais reconhecidas e autorizadas à arbitragem em situações das relações desiguais. Condições que são tidas por naturais, mas que devem ser verificadas enquanto resultado de operações efetuadas por diversas instancias sociais com poderes diferentes e construídos/conquistados de formas arbitrárias.

## **Bibliografia**

BOLTANSKI, Lüc. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. *In*. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6: p. 441-463, 2013.

BOURDIEU. Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

## **Sites consultados**

[www.grupomateus.com.br/site/](http://www.grupomateus.com.br/site/)

[www.marabanoticias.com](http://www.marabanoticias.com)

<http://g1.globo.com/ma/maranhao/index.html>

<http://www.folhadopara.com/2013/07/acordo-poe-fim-greve-do-grupo-mateus-em.html?zx=c94a958c27f039ca>